

Registro síntese da 2ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL (15 de julho de 2020)

Nesta quarta (15), o Conselho Nacional da Amazônia Legal se reuniu pela segunda vez. O Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), Hamilton Mourão, conduziu a atividade, que aconteceu no Palácio Itamaraty.

Os trabalhos contaram com as presenças dos ministros da Casa Civil da Presidência da República; Justiça e Segurança Pública; Relações Exteriores; Economia; Infraestrutura; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Minas e Energia; Comunicações; Ciência, Tecnologia e Inovações; Meio Ambiente; Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretaria Especial de 2 Assuntos Estratégicos. Os Ministérios da Defesa e Desenvolvimento Regional e a Secretaria de Governo da Presidência da República enviaram representantes devido a impedimentos dos chefes das pastas.

O Vice-Presidente abriu a reunião destacando a pressão sofrida pelo governo em torno do tema ambiental, potencializada pela crise da pandemia do COVID-19 e realçou a importância do trabalho desenvolvido pelo Ministro da Economia e sua equipe no fortalecimento da capacidade de recuperação do País. Na sequência, realizou uma apresentação visual dos trabalhos desenvolvidos pelo CNAL no último trimestre, consolidados pela comissão integradora, com destaque para as ações de comando e controle na repressão dos ilícitos ambientais na região amazônica. O Presidente do CNAL continuou sua fala, listando as iniciativas estratégicas prioritárias que deverão nortear as atividades do CNAL no próximo trimestre:

- Efetividade no combate ao desmatamento/queimadas;
- Fortalecimento dos Órgãos de Combate aos Ilícitos Ambientais;
- Utilização do Fundo Amazônia (FA) e novas fontes de financiamento;
- Ordenamento Territorial;
- Monitoramento a Ilícitos Ambientais e Apoio à Decisão; e
- Implantação de ambientes de inovação e de estímulo à Bioeconomia.

Após as palavras dos membros do Conselho, o Presidente do CNAL lembrou que a região amazônica corresponde a 60% do território nacional. Por outro lado, seu PIB equivale a apenas 2,5% do produzido pelo estado de Santa Catarina. Ressaltou que os conceitos de “desenvolvimento” e “preservação” não são excludentes. Por fim, deu conhecimento aos participantes da reunião de que o decreto do CNAL será modificado, a fim de acomodar a mudança na composição do gabinete ministerial, com a recriação do Ministério das Comunicações, e a realocação da Comissão Nacional da OTCA como comissão permanente do CNAL.

Brasília, 15 de julho de 2020.